



Nosso futuro é público: Declaração de Santiago pelos Serviços Públicos

Santiago do Chile, 2 de dezembro de 2022

Do dia 29 de novembro a 2 de dezembro de 2022, mais de mil pessoas representando mais de cem países, movimentos sociais, organizações de direitos humanos e desenvolvimento, movimentos de mulheres, sindicatos e outras organizações da sociedade civil se reuniram em Santiago do Chile (e virtualmente) para discutir o papel crítico dos serviços públicos em nosso futuro.

Estamos em um momento crítico, em que o mundo está enfrentando uma série de crises, desde emergências ambientais até a fome, passando pelo aprofundamento das desigualdades sociais, o aumento dos conflitos armados, pandemias, aumento do extremismo e escalada da inflação. Neste momento, está surgindo uma resposta coletiva. Um grande movimento está sendo construído e soluções concretas estão surgindo para contrariar o paradigma dominante de crescimento, privatização e mercantilização.

Centenas de organizações dos setores de justiça socioeconômica e serviços públicos – desde os setores de educação e saúde, até os setores de cuidados, energia, alimentação, habitação, água, transporte e proteção social – estão se unindo para desafiar os efeitos nocivos da comercialização dos serviços públicos; exigir o controle público e democrático destes serviços; e reimaginar uma economia verdadeiramente

igualitária e orientada para os direitos humanos, que funcione para as pessoas e para o planeta. Exigimos o acesso universal a serviços públicos de qualidade, igualitários e que transformem relações desiguais de gênero, como base para uma sociedade justa e igualitária.

O marco político comum do colonialismo nos ajuda a reconhecer as estruturas e mentalidades que historicamente construíram e continuam a impulsionar a desigualdade econômica, a injustiça e a austeridade, que têm deixado os serviços públicos cronicamente subfinanciados por décadas. A economia neoliberal, amplificada pelo atual modelo de hiperglobalização, é definida pela perpetuação da extração, do controle, da dependência, da subjugação, do patriarcado e da atual divisão internacional do trabalho, afetando de forma desproporcional o Sul Global.

A comercialização e privatização dos serviços públicos, assim como a mercantilização de todos os aspectos da vida, têm impulsionado desigualdades crescentes e disparidades de poder arraigadas na sociedade, com o lucro e a corrupção prevalecendo sobre os direitos das pessoas e o bem-estar ecológico e social. Estes fenômenos afetam negativamente as trabalhadoras e trabalhadores, os/as usuários/as de serviços e as comunidades, na medida em que os custos e danos recaem desproporcionalmente sobre as pessoas e comunidades que têm sido historicamente exploradas.

A desvalorização do status social das pessoas que trabalham nos serviços públicos, a piora de suas condições de trabalho e os ataques aos sindicatos são alguns dos retrocessos mais preocupantes de nosso tempo e uma ameaça aos nossos espaços coletivos. Isto está profundamente ligado à organização patriarcal da sociedade, na qual as mulheres, como trabalhadoras e cuidadoras, são subvalorizadas e absorvem mais os choques sociais e econômicos. Elas são as primeiras a sofrer os cortes do setor público, pois além de verem seu acesso a esses serviços e oportunidades de trabalho decente restringidos, enfrentam uma carga crescente de trabalho não remunerado de cuidado.

Os cortes de austeridade nos orçamentos do setor público e na massa salarial são impulsionados por uma mentalidade ideológica enraizada no Fundo Monetário Internacional (FMI) e em muitos ministérios das finanças/economia que colocam os interesses das corporações acima dos das pessoas, perpetuando relações de dependência e dívidas insustentáveis. As normas fiscais e tributárias injustas, existentes em escala nacional e internacional, reproduzem as enormes desigualdades na acumulação e concentração de renda, riqueza e poder entre os países e dentro destes. A financeirização de uma ampla gama de ações e decisões públicas proporciona poder àqueles que acumulam riqueza e minam a democracia.

Este encontro no Chile é precedido por anos de crescente mobilização em todo o mundo. Ele se baseia na conferência internacional de 2019 em Amsterdã e no livro resultante [*The Future is Public: Towards Democratic Ownership of Public Services*](#), bem como em uma série de eventos inovadores que reuniram milhares de pessoas on-line, além da adoção, em 2021, do [Manifesto Global para Serviços Públicos](#) e do [Manifesto para a Reconstrução da Organização Social de Cuidados](#).

Nosso futuro é público

Nós nos comprometemos a continuar construindo um movimento intersetorial para um futuro que seja público. Um futuro no qual nossos direitos sejam garantidos, não com base em nossa capacidade de pagamento ou na lucratividade de um serviço, mas na análise de se determinado sistema nos permite garantir a dignidade de todas as pessoas e viver juntos, em paz e igualdade: se permite o nosso “*bem-viver*”.

Um futuro público é aquele no qual nem as mulheres, nem os povos indígenas, nem as pessoas com deficiência, nem a classe trabalhadora, nem os imigrantes, nem as minorias raciais, étnicas ou sexuais carregam um fardo injusto e desigual em nossas sociedades. É um futuro no qual rompemos com o longo legado do colonialismo através de reparações significativas, cancelamento da dívida e uma revisão completa de nosso sistema econômico global, incluindo uma redução no uso dos recursos naturais e de energia nos países ricos.

A questão de “*a quem*” pertence nossos recursos e serviços é fundamental. Um futuro público significa garantir que tudo o que é essencial para uma vida digna esteja fora do controle privado e sob formas decoloniais de controle coletivo, transparente e democrático. Em alguns contextos, isto significa intervenções locais, regionais e/ou nacionais decisivas por parte do Estado. Em outros contextos, isto significa fortalecer as organizações populares – incluindo os sindicatos – e expandir os espaços para a autogovernança, os bens comuns e o controle coletivo e comunitário dos recursos. Valorizamos parcerias público-públicas ou público-comunitárias ou de base, mas nos opomos às parcerias público-privadas que servem apenas para extrair recursos do público para interesses privados.

Um futuro que seja público também significa criar as condições para possibilitar sistemas alternativos de produção, incluindo a priorização da agroecologia como um componente essencial da soberania alimentar. Para isso, precisamos retomar o controle das instituições e dos processos de tomada de decisão, em contraposição às formas atuais de captura corporativa, para que possamos decidir *para quê, para quem e como* forneceremos, gerenciaremos e possuiremos coletivamente os recursos e serviços públicos.

Um futuro público não será possível sem uma ação coletiva nacional ousada em prol de reformas fiscais e econômicas progressivas e ambiciosas, que transformem relações desiguais de gênero e ampliem maciçamente o financiamento dos serviços públicos universais. Essas reformas devem ser complementadas por mudanças fundamentais no desenho das finanças públicas internacionais, bem como na governança fiscal, comercial e da dívida. Devemos aproveitar o impulso gerado pelos sucessos recentes de alguns países africanos e de outros países do Sul Global em direção à criação de uma estrutura intergovernamental da ONU sobre tributação e à 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Democratizar a governança econômica rumo a processos verdadeiramente multilaterais é essencial para quebrar o poder das organizações neoliberais dominantes e reorientar as instituições financeiras nacionais e internacionais para longe dos padrões

raciais, patriarcais e coloniais do capitalismo, em direção à justiça socioeconômica, sustentabilidade ecológica, direitos humanos e serviços públicos. É igualmente essencial exigir o pagamento da dívida climática e ecológica do Norte Global; buscar uma rápida redução no uso excessivo de energia e recursos naturais pelas economias ricas; responsabilizar os grandes poluidores pelo legado histórico de suas violações; acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis; e priorizar mudanças profundas no sistema financeiro internacional.

Um futuro que é público reconhece a necessidade urgente de solidariedade internacional e soluções sistêmicas globais, que sejam, ao mesmo tempo, diferenciadas a partir dos contextos locais. É um elemento essencial de uma transição justa, feminista e decolonial, que coloca os usuários/as e trabalhadores/as dos serviços públicos no centro, nos permitindo reconstruir um pacto social sustentável para o século XXI.

Tomaremos medidas

Vamos unir forças entre setores, regiões e movimentos para formular e implementar estratégias comuns e novas alianças em direção a propostas conjuntas para uma transição justa, feminista e decolonial para a crise climática e ambiental. Trabalharemos para transformar nossos sistemas, valorizando os direitos humanos e a sustentabilidade ecológica em detrimento do crescimento do PIB e de uma definição restrita de lucro econômico.

Comprometemo-nos a trabalhar em solidariedade junto a grupos de base ao redor do mundo, incluindo povos indígenas, jovens, idosos e pessoas com deficiência, nas seguintes ações:

- Trabalharemos de forma transversal e solidária entre setores e movimentos, construindo nossas análises coletivamente e apoiando o trabalho e as reivindicações de outros setores, unindo forças em torno de lutas coletivas emblemáticas.
- Convocaremos reuniões entre nossos setores, compartilharemos nossas boas práticas e desenvolveremos agendas e reivindicações coletivas.
- Levaremos essas discussões para dentro de nossas organizações, redes e setores, e continuaremos a fortalecer e ampliar o engajamento de nossos respectivos setores como pilares de um movimento mais amplo.
- Trabalharemos juntos e juntas para fortalecer os marcos institucionais e jurídicos de direitos humanos para a proteção dos serviços públicos.
- Nos comprometemos com um processo de auto-reflexão, transformação e ação organizacional e intersetorial.
- Trabalharemos para estabelecer um espaço coletivo virtual no website “Nosso Futuro é público” para compartilhar experiências e táticas políticas.

- Devemos continuar articulando reivindicações aos responsáveis pelas políticas e investimentos no serviço público, que podem tomar a forma de pactos de serviço público pelos municípios, regiões e governos nacionais.
- Trabalharemos junto a autoridades locais, nacionais e internacionais para apoiar modelos alternativos e mais justos de governança.
- Consultaremos sobre a forma, escopo e abordagem que uma Comissão Independente de Serviços Públicos poderia adotar e trabalhar em conjunto para construí-la.
- Organizaremos reuniões regulares para fortalecer os grupos e movimentos que trabalham para o “Nosso Futuro é Público” e consideraremos a realização de outra conferência mundial nos próximos três anos.